



CPR  
Exército

# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CPR - Exército



Nº: 02/2003  
Data: 02JUN03

## COMUNICADO

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: [geral@ans.pt](mailto:geral@ans.pt)

### ENCONTRO DE SARGENTOS-MOR DO EXÉRCITO DA REGIÃO ALARGADA DA GUARNIÇÃO MILITAR DE LISBOA

Teve lugar no passado dia 27 de Maio, em Oeiras, um encontro de Sargentos-mor do Exército abrangendo a região alargada da Guarnição Militar de Lisboa.

Esta iniciativa levada a efeito pela Comissão Permanente de Ramo do Exército (CPR-Ex) da ANS teve como objectivo proporcionar um espaço de discussão, debate e reflexão aos nossos camaradas Sargentos-mor, com vista a uma uniformização de atitudes e conduta, uma cada vez maior assunção das responsabilidades inerentes ao cargo e uma inequívoca exigência de autoridade, premissas indispensáveis ao exercício das funções que inequivocamente lhe devem estar atribuídas.

O encontro decorreu com um elevado nível de participações, algumas das quais de grande qualidade e indiciadoras de um grau crescente de preocupação e reconhecimento de situações e práticas a exigirem uma rápida intervenção, quer a nível dos próprios, quer das chefias e tutela, num esforço conjugado para corrigir princípios que erradamente têm vindo a ser adoptados e que não configuram o espírito do legislador, nem a leitura dos sargentos, quanto ao desempenho das funções que a este topo de carreira devem estar cometidas.

É cada vez mais consciência dos sargentos que algumas práticas erradas e mesmo fomentadas por uma certa intencionalidade da hierarquia e da própria instituição, não podem servir de base ou alibi para duvidosas ilações sobre as funções que devem ser atribuídas aos Sargentos-mor, sob pena de se estar a subverter a própria hierarquia de funções, responsabilidades e competências, que não se podem exigir somente em determinadas áreas, consideradas intocáveis, da pirâmide e serem esquecidas ou ostensivamente diminuídas e escamoteadas quando se trata de as reconhecer na categoria de sargentos, só porque elas colidem com interesses materiais que devem ter resposta em termos de organização das carreiras e não em falsos problemas de hierarquia, falaciosamente resolúveis por via duma visão deturpada e redutora do sistema retributivo.

A ideia veiculada por alguns sectores militares bem definidos, e cirúrgicamente defendidos ao nível da comunicação social, de que os Capitães/1ºs Tenentes, só pelo facto de o serem, deveriam perceber um vencimento superior ao de Sargento-mor, sob a manipulada

justificação de que estes exercem funções na dependência dos referidos oficiais, para além de ser falsa em toda a sua extensão, uma vez que os Capitães/1ºs Tenentes ultrapassam os Sargentos-mor, logo que atinjam o 4º escalão, isto é, quando a sua permanência naquele posto se prolonga para além daquilo que pode ser julgado razoável, em termos de carreira, também assenta num pressuposto que, embora se verifique, com mais insistência na Marinha e na Força Aérea, não é exemplo de normalidade, antes configura uma aviltante deturpação daquilo que devem ser as funções e a posição do Sargento-mor no contexto da instituição e da sua hierarquia funcional, uma vez que, sendo cumprida a ideia do legislador, o Sargento-mor apenas deveria de estar na dependência funcional de Coronel/Tenente-coronel ou posto superior, não podendo servir de álibi a incorrecta interpretação da lei e a permissividade de alguns, que não podem, de modo algum, ditar a conduta e obediência da esmagadora maioria dos Sargentos-mor, que não se revêm nesta subalternização e desvalorização funcional, porque o topo da sua carreira não se pode confundir com situações menos acauteladas de percurso, que compete serem resolvidas por um fluxo coerente na carreira de oficiais e nunca por tentativas menos condignas de progredir à custa do desprestígio desnecessário e condenável de quem sempre pautou a sua conduta pelo respeito de todas as categorias, como único meio aceitável de prestigiar toda a instituição.

O espírito subjacente a esta permanente questão das funções, da responsabilidade e da autoridade conexas ao posto de Sargento-mor, bem assim como a recorrente questão do vencimento que lhe deve estar associado, foram uma preocupação transversal a toda a reunião e motivo de diversas e muito firmes intervenções.

Destas, há ainda a salientar dois trabalhos que foram apresentados e facultados à ANS, para posterior tratamento, e que revelam bem o interesse suscitado por este primeiro encontro, que logo à partida se verificou ter plena razão de existir e ter inclusivamente pernas para andar, como projecto de reflexão e tribuna de apresentação de projectos e propostas.

Nos trabalhos apresentados podem-se desde já salientar um número de questões, para as quais se considera urgente encontrar respostas, e um bem cuidado conjunto de propostas de grande acuidade e sentido de responsabilidade, prova provada de que os sargentos têm ainda muito a oferecer, como contributo para a melhoria da instituição militar, assim haja a vontade e a coragem de preencher lacunas, otimizar regras e procedimentos, inovar sem receios de adulterar o estabelecido e encarar os riscos como um método calculado de romper com o marasmo e o cinzento das soluções gastas e depauperadas pelo passar dos tempos e da inevitável acomodação das pessoas aos ambientes mais conservadores, porque isentos do incómodo de questionar.

De entre os diversos temas abordados, salientam-se os seguintes, pela sua importância, actualidade e consenso:

- Cargos e funções a desempenhar pelos Sargentos-mor;
- Política de escalões;
- Formação e progressão na carreira dos sargentos;
- Órgãos de consulta permanente aos níveis do GAB/CEME e das UEO;
- Estudos para alterações aos seguintes documentos:
  - Estatutos do Aluno da Escola de Sargentos do Exército (ESE);
  - Regulamento Geral de Serviço das Unidades do Exército (RGSUE);
  - Normas de Colocação dos Militares;
  - Regulamento de Avaliação e Mérito dos Militares do Exército (RAMME);
  - Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
  - Regulamento Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas;
  - Formulário do Processo de Credenciações da Autoridade Nacional de Segurança;
- Subsídio de alimentação (atrasos inaceitáveis relativamente a pessoal fora do ramo);
- Assistência na Doença dos Militares do Exército (ADME) (atrasos escandalosos);
- Caixa Geral de Aposentações (necessidade de informação mais completa);
- Escala de Serviço no EMGFA.

Como é fácil de ver, são muitos os temas que preocupam os Sargentos e sobre os quais o seus Sargentos-mor pretendem ter uma voz mais activa, no exercício do direito que consideram assistir-lhes, como topo de uma categoria que se quer afirmar pelo contributo para um melhor Exército e umas Forças Armadas cada vez mais eficientes, coesas e dignas!

Não é justo acusar os Sargentos-mor de fuga ou desinteresse pelas suas responsabilidades, quando estas lhe são continuamente sonegadas, no interesse da manutenção duma hierarquia assente em preconceitos que defendem a atribuição da autoridade apenas a uma categoria, que no ideário de algumas mentalidades mais classistas, nasceu para deter a exclusividade do exercício do poder, enquanto que às outras caberia apenas executar (e bem!...) e obedecer, sem grandes preocupações de interpretar o sentido das ordens, para além dum nível mínimo de precaução e consciência.

É certo que não temos, talvez ainda, os Sargentos-mor que "todos" desejaríamos ter, assim como não temos, aliás, os Oficiais que desejaríamos ter, nem muito menos, os Oficiais Gerais que deveríamos ter!... E muito menos, o Exército que "todos" um dia sonhámos ter!... E isso reflecte-se na nossa motivação e num certo desalento, que não podemos, no entanto combater, apontando as peças a quem connosco quer construir o sonho de todos nós! É uma atitude irresponsável e divisionista procurarmos nos outros, desculpas para as nossas insuficiências, remédios para as nossas maleitas, obstáculos para a nossa incapacidade de nos projectarmos pelos nossos próprios meios.

Quando alguém que não consegue alcançar os seus objectivos, se refugia no constante ataque às conquistas que outros souberam alcançar, apontando-lhes, ainda por cima, o dedo acusador pela ausência duma autoridade, que a todo o custo querem preservar sómente para eles, mesmo não a exercendo na plenitude de toda a dignidade que lhe deveria estar subjacente, é evidente que, em vez de reforçarem a autoridade de quem quer que seja, "descalificam" o tecido ético e solidário da instituição militar, contribuem dramaticamente para o enfraquecimento de todos, convencidos que o inimigo está entre nós, quando eles próprios são os seus mais inconscientes inimigos.

Os sargentos têm de ter a serenidade de se reforçarem com a unidade entre todos, com o empenhamento no cabal desempenho das suas funções, na luta intransigente pela conquista dos direitos de que são credores e da autoridade que lhes é devida, na intransigência de, não negando esforços, saberem negar a desvalorização funcional que os ameaça, com dignidade, com elevação, com profissionalismo e sentido da disciplina.

Dada a importância de todos estes desideratos e a vontade expressa por este primeiro grupo de reflexão, de não se deixar perder esta oportunidade de juntar esforços e consolidar uma unidade absolutamente necessária, foi de imediato constituída uma comissão que terá como objectivo, entre outros, preparar a agenda para uma **próxima reunião**, a ter lugar no dia **8 de Julho**, pelas **20:30** no mesmo local (**IASFA/CAS Oeiras**), como meio de se dar continuidade a uma crescente necessidade de consciencialização colectiva.

Foi também decidido proceder-se à divulgação deste Comunicado, onde se dá conta de todo este processo, e enviá-lo a todas as UEO da coroa alargada da Guarnição Militar de Lisboa, bem assim como divulgá-lo a nível nacional, de modo a consolidar a informação que se quer cada vez mais presente entre todos os Sargentos de Portugal.

Espera-se para breve o alargamento desta iniciativa aos outros ramos, por molde a que aquilo que hoje é ainda uma acção descoordenada e descontinuada, possa vir a constituir uma conduta comum, firme e responsável daquilo que entendemos dever ser o desempenho dos sargentos no contexto da instituição militar e da sociedade portuguesa.

Lisboa, 02 de Junho de 2003

A Direcção